



**“Entre a Antropologia e a Educação” – a
produção de um diálogo imprescindível e
de um conhecimento híbrido**

Tania Dauster
Museu Nacional
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo

O texto discute a migração da Antropologia para o campo da educação. Sugere que não se trata de transformar o profissional da educação em antropólogo. Contudo o desafio reside na apropriação de outras relações e posturas na interpretação de fenômenos tidos como de socialização ou de Educação. Isto implica em outras formas de problematizar e de construir o objeto de pesquisa de doutorado e mestrado.

Palavras-chave

Antropologia, Educação, Ensino, Orientação.

Abstract

This text discusses the migration of Anthropology to the field of Education. The aim, it suggests, is not transforming educators into anthropologists. However the challenge resides in appropriating other relations and postures to interpret said socialization or education phenomena. This implies other ways to brainstorm the research object in Post Graduation courses.

Keywords

Anthropology, Education, Teaching, Orientation

Introdução

No Fórum Especial intitulado "*O fazer antropológico e o processo de orientação: encontros e desencontros*", na V Reunião de Antropologia do Mercosul (2003), oito antropólogos¹ expuseram suas experiências como orientadores de graduação e pós-graduação e foram assistidos por um público significativo.

A proposta para o Fórum surgiu após uma intensa troca de idéias entre mim e duas outras antropólogas, todas integrantes do grupo dos oito acima mencionado². A motivação básica de nossa interação residiu na constatação de que orientar estudantes, nos mais diversos níveis, era parte fundamental da prática acadêmica, o que gerou a argumentação abaixo, a qual expressa as intenções desse grupo.

O processo de orientação ocupa parte importante de nossas agendas, mas quase nunca temos oportunidade de realizar intercâmbio sistemático de experiências para melhorar a qualidade de nosso trabalho. Na maioria das vezes, trocamos idéias rápidas sobre o tema, de modo quase casual. Da mesma forma, há raríssimos textos que tratam do assunto. Sob tal ponto de vista, destaca-se o texto já clássico de Cláudio Moura e Castro, *Memória de um orientador de tese* (1978)(Grossi, Guedes, Dauster 2003).

Foi então que um outro raciocínio se impôs, a saber, a orientação de alunos que, por ser uma das formas privilegiadas de transmissão do fazer antropológico, vem a ser um aspecto particularmente decisivo na disciplina. Em consonância com essas posições,

articularam-se temas e delimitaram-se sugestões para o encontro, os quais apresento a seguir, pois poderiam constituir-se como foco em torno dos quais os participantes se inspirariam:

1 – a especificidade da transmissão do fazer antropológico e a relação orientador/orientando, abrangendo tanto as dimensões acadêmicas quanto as pessoais;

2 – as relações entre as estratégias de pesquisa-qualitativa e as chamadas técnicas quantitativas;

3 – os diferentes níveis de orientação (graduação e pós-graduação) e as diferentes instâncias de transmissão (ensino, pesquisa, extensão) formatos acadêmicos que podem pressupor diferentes formas de orientações;

4 – temas e linhagens acadêmicas;

5 – projetos coletivos e autoria, a produção coletiva de dados de pesquisa e limites da responsabilidade do orientador; e

6 – composição de banca e estratégias para manutenção dos níveis de qualidade do programa.

Tendo retomado e apresentado essas referências, focalizarei mais detidamente as contribuições do olhar antropológico na orientação acadêmica, sobretudo no recorte das atividades coletivas de pesquisa, fazendo uma breve menção ao ensino da Antropologia nos âmbitos da graduação e da pós, de acordo com o que venho encaminhando no contexto do Departamento de Educação da PUC-Rio desde 1987. Vale dizer, portanto, que estarei discutindo este tema a partir do lugar que ocupo e, que assim sendo, reflito sob um ponto de vista muito particular, pois a minha prática acadêmica e a minha identidade como antropóloga vêm se constituindo em âmbito universitário fora das ciências sociais, ou seja, nas ciências humanas. Mas até que ponto as ciências sociais e humanas devem ou podem ser vistas de forma excludente ou em campos separados rigidamente?

Esse departamento e seu programa de pós-graduação destacam-se por um ethos pluralista e uma intensa prática investigativa. Um rápido exame sobre os interesses espelhados nas linhas de pesquisa da pós-graduação revela a importância dada às relações entre a cultura e a Educação como dimensões necessariamente enlaçadas na medida que se pretende interpretar os chamados fenômenos educacionais dentro ou fora da escola, até porque é na trama cultural que são tecidos. Tal horizonte de trabalho implica em um interesse considerável pelo campo da Antropologia, na me-

dida em que as suas atitudes emblemáticas de trabalho de campo são vistas como propiciadoras de uma imersão em profundidade no universo a ser estudado.

Preciso reconhecer, portanto, que não tenho os mesmos objetivos que outros antropólogos, que são outras as relações que estabeleço com a disciplina até porque o público estudantil ao qual me dirijo e as relações que vivencio com os estudantes na minha trajetória implicam em um exercício de mediação³ e uma busca de diálogo sobre os quais me deterei no decorrer deste trabalho.

1 – Os usos da Antropologia no campo da Educação

Sabe-se que a Educação como campo disciplinar apropria-se de outros saberes, tais como a filosofia, a psicologia e a história, para pensar sua própria prática.

No contexto da graduação e de programas de pós-graduação de departamentos de Educação, até onde sei, a disciplina antropológica foi incorporada ao esquema curricular de maneira sistemática nos últimos vinte e sete anos neste país⁴.

Ao longo de minha carreira como professora e pesquisadora, venho dizendo que a relação entre a Antropologia e o campo da Educação tem contornos desafiantes.

Regina Novaes (1992) bem expressou o desafio ao perguntar, por exemplo, "como articular o projeto antropológico de conhecimento das diferenças com o projeto educacional de intervenção da realidade?" Nessa mesma perspectiva, venho percebendo como o discurso verbal e as práticas dos profissionais da área de Educação tendem a ser normativas e imbuídas de um "dever ser" pedagógico, assim como de um projeto de transformação. Por essa razão, não deixa de ser pertinente indagar como poderia este profissional produzir conhecimentos descentrados e incorporar outras lógicas cognitivas distintas da sua. Como poderia estabelecer a dúvida metódica sobre seus próprios valores e crenças tendo em vista o conhecimento do "outro" nos seus termos? Como estranhar as condições estruturantes da sua própria formação, abandonando posturas etnocêntricas e evitando atitudes prescritivas e militantes, sobretudo no que se referem às atividades investigativas?

Estes dilemas que têm a sua razão de ser não podem servir de obstáculo, entretanto, para o ensino da Antropologia em outras áreas, mesmo considerando-se os ditos riscos de banalização e equí-

vocos, pelo menos no que tange o campo da Educação, de acordo com o que a minha experiência sugere. Mesmo que isto seja feito, de forma necessariamente fragmentada e limitada, do ângulo de um especialista da disciplina antropológica. Mesmo considerando-se que haja distâncias incomensuráveis entre as maneiras de apropriação de autores e escolas antropológicas, esteja o leitor situado em uma posição dentro ou fora das ciências sociais.

Lanço mão do conceito-chave de leitura de Roger Chartier (1990) para apoiar-me nesta argumentação sobre as apropriações de autores e de textos antropológicos fora do seu mundo de referência.

Nas palavras desse historiador,

No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo (Chartier 1990:26).

Por outro lado, o mesmo autor mostra que as obras não têm um sentido único e intrínseco e que são apropriadas por práticas plurais e leitores concretos que lhes dão contraditória e diferencialmente significados segundo suas competências, posições e disposições. A meu ver, essas são as questões em jogo e que me aprazem aprofundar: Como migram autores e textos da Antropologia para outras áreas. O que se lê? Como se lê? Quando se lê?

Volto assim ao ensino de Antropologia na minha trajetória. Estudantes da graduação e pós-graduação tornam-se leitores de textos (mas não de obras) de antropólogos durante um semestre. Quando se tornam meus orientandos, são então convidados a explorar intensamente a literatura da área.

Dar aula na graduação e na pós são experiências distintas no que pesam o volume e a intensidade de leituras e questões, mas não vou deter-me sobre o assunto no presente texto.

Fazendo um balanço e correndo o risco de generalizações, diria que ler Antropologia é uma experiência transformadora da subjetividade e das formas de estar no mundo e de nele atuar e, certamente, de construir outras problematizações na esfera do conhecimento, no que concerne a relação entre o profissional da Edu-

cação e essa literatura, mesmo considerando-se a heterogeneidade desse universo e distintos níveis de atuação possíveis.

A meu ver o ensino de Antropologia na área de Educação deve permitir que o profissional da Educação apreenda outras relações e posturas, penetrando na literatura antropológica, lidando com outros conceitos e modos de construir o conhecimento. Metaforicamente, trata-se da aprendizagem de uma outra linguagem, de um outro código que levaria o profissional a elaborar outras dúvidas sobre os fenômenos tidos como educativos dentro e fora da escola.

Segundo Clifford Geertz (1978) o entendimento do que uma ciência é passa pelo conhecimento de seu exercício. De acordo com esta orientação, ênfase na minha proposta de ensino o trabalho intensivo sobre as práticas de investigação etnográfica. Não se trata, contudo, de reduzir a etnografia a uma técnica, pois é importante tratá-la como uma opção teórico-metodológica. Tal postura implica ainda em conceber a prática e a descrição etnográficas ancoradas nas perguntas provenientes da teoria antropológica (Peirano, 1995) e a interpretar o que se encontra no universo estudado, nos termos desse universo. Em outras palavras, apreender no trabalho de campo os significados inerentes e específicos vislumbrados nas práticas e nas narrativas dos sujeitos investigados. Lembrando, como diz Roberto Cardoso de Oliveira (1998) que informam o trabalho do antropólogo os atos cognitivos de "olhar, ouvir e escrever".

2 - A prática da pesquisa institucional

Passo agora a comentar a organização do trabalho da chamada pesquisa institucional uma vez que se trata de um âmbito importante para o exercício dos orientandos enquanto pesquisadores e da própria orientação acadêmica.

O que vem a ser o trabalho de campo e a observação participante em termos de um trabalho de equipe no interior de uma pesquisa institucional? Estou começando a refletir sobre a prática investigativa que resulta de um projeto docente apoiado pelo CNPq por meio de bolsa de pesquisador e de bolsas de iniciação científica, sustentado, ainda, por outros recursos financeiros provenientes de órgãos de apoio ao desenvolvimento da pesquisa no país. Refiro-me, ademais, a um contexto acadêmico no qual a relação ensino e pesquisa é um valor.

Tendo essas condições em vista, pode-se dizer que as pesquisas institucionais são parte importante da orientação acadêmica e da formação de pesquisadores. Pelo estatuto da universidade, os mestrandos devem matricular-se durante um semestre enquanto os doutorandos se integram durante um ano letivo em uma das pesquisas em curso no departamento, e os graduandos por períodos determinados por suas bolsas de iniciação científica.

Meus critérios de seleção da equipe tanto apresentam uma dose de subjetividade, pois são pesadas as afinidades intelectuais, como também pressupõem as necessidades da pesquisa e as trajetórias e interesses intelectuais dos alunos em qualquer dos níveis considerados.

As atividades a serem desenvolvidas pela equipe compreendem reuniões semanais, realização de leituras com elaboração de resumos críticos, levantamentos bibliográficos, participação na pesquisa de campo e na realização de entrevistas, participação na análise de dados do trabalho de campo, confecção de relatórios e artigos e participação em seminários. Em todos os momentos, a minha participação se faz presente ao buscar construir um processo dinâmico no qual, e em função do qual, o objeto da pesquisa é coletivamente construído, mesmo levando-se em conta a diversidade entre os estudantes.

Pesquisar, então, está longe de ser um ato de argonauta mitológico e solitário que faz um mergulho em mares desconhecidos. Trata-se de uma prática distante da concepção etnográfica como experiência eminentemente pessoal e aproxima-se de uma vivência complexa em que o individual e o coletivo se misturam. Até que mestrandos e doutorandos façam o seu vôo solo a partir do momento em que, por suas escolhas e trajetórias exclusivas, mesmo guardando sintonia com os chamados projetos institucionais, precisam estabelecer um distanciamento da equipe para a necessária e irrevogável experiência "autoral".

Em resumo, trabalha-se no "familiar" (Velho 1978 e 1981), pois não são feitas viagens e deslocamentos físicos, o que não impede a busca e o reconhecimento das dimensões da diferença e da diversidade cultural. No caso em apreço, para ser mais minuciosa, venho desenvolvendo um programa de investigações sobre práticas e representações de leitura em diferentes contextos sociais. Ao investigar tais práticas, tenho como proposta paralela a transmissão do "ofício" do etnógrafo. Isto é, o exercício de interpretação da

vida social, a observação de sociabilidades, a captação dos sistemas de organização e classificação, apreendendo os valores e os sistemas de crença, buscando-se as lógicas e os significados, tendo em vista ir além da descrição empírica factual, na busca do ponto de vista do "outro" nos seus termos.

Mas, quais os problemas? Os limites de várias ordens se impõem seja considerando-se a questão do tempo ou as próprias dificuldades de apreensão e interpretação de dados etnográficos. Os limites estão postos quanto a uma vivência prolongada e quanto ao mergulho em profundidade que se espera do trabalho de pesquisa qualitativa. A investigação é fracionada pelas múltiplas atividades que aparecem no dia-a-dia. Vive-se uma outra fragmentação no grupo de pesquisa que, por regras e razões institucionais, passa por mudanças periódicas na sua composição com a saída e entrada sazonal de seus membros.

Estes constrangimentos, em parte, são talvez compensados por uma observação flutuante, um estado de alerta permanente no qual a equipe se coloca para captar os dados significativos no contexto de uma relação de alteridade. Ademais, as elaborações e interpretações de natureza antropológica durante as reuniões de equipe são um momento no qual os exercícios da oralidade, da argumentação e do debate constituem uma verdadeira produção social de conhecimento, que poderia ser entendida, quem sabe, como uma autoria coletiva.

As práticas de pesquisa institucional, pelas características que apresentam em congregar os três níveis de orientação no mesmo espaço e tempo acadêmico, possibilitam trocas intensas e fecundas entre os participantes. É, a meu ver, uma experiência formadora, e como disse propiciadora do surgimento de temas particulares de investigação, recortes originais e específicos de dissertações e teses, embora associados ao projeto institucional do professor-orientador. Ao lado dessas tão fecundas experiências de produção de conhecimento, vejo que se operam transformações de visão de mundo, do olhar e da subjetividade e que pesquisadores vão sendo formados nos meandros da pesquisa qualitativa.

Além de propiciar um outro "olhar", as leituras de Antropologia e a apropriação de suas formas de operar - o trabalho de campo - possibilitam a construção de um saber híbrido ou de fronteira quando da elaboração e da escrita de dissertações e teses, gerando-se um outro perfil para esses trabalhos acadêmicos no campo da Educação.

Considerações finais

Do meu ponto de vista, ao considerar a migração da Antropologia para o campo da Educação, não se trata de transformar o profissional da Educação em antropólogo na sua atividade docente ou de pesquisador e autor de uma tese ou dissertação, como já sugeri. Fica, contudo, posto o desafio de partilhar com esse profissional a apreensão de outras relações e posturas no exercício de leituras dos fenômenos tidos como de socialização ou de Educação. Na pesquisa, em todos os sentidos, abre-se, assim, o horizonte da construção do objeto segundo uma outra ótica e a partir de outras atitudes e formas de problematizar apropriadas do campo antropológico e de sua prática, a saber, a observação participante.

A discussão em torno do conceito antropológico de cultura é geradora de transformações do olhar, pois instiga ao abandono de estereótipos, conduz a desnaturalização de fenômenos na medida em que eles passam a ser vistos como socialmente construídos, além de observados nas suas possíveis diferenças culturais. As limitações das visões etnocêntricas são descobertas em confronto com o “olhar” relativizador e a busca do ponto de vista do universo social nos seus termos. Enfatizando-se assim a relação imprescindível entre cultura – valores, concepções e práticas – e as lógicas pedagógicas.

Referências Bibliográficas

- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1998. *O trabalho do antropólogo*. UNESP/Paralelo 15.
- CASTRO Cláudio Moura. 1978. “Memórias de um orientador de tese” In NUNES, Edson de Oliveira (org.) *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar
- CHARTIER, Roger. 1990. *A História Cultural - entre práticas e representações - Memória e Sociedade*. Lisboa: Difel.
- GEERTZ, Clifford. 1978. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- GROSSI, Miriam, GUEDES, Simoni DAUSTER, Tânia 2003. *O fazer antropológico e o processo de orientação: encontros e desencontros*. Proposta de Fórum para a V RAM (datilo)
- NOVAES, Regina. 1992. “Um olhar antropológico”. In NILDA Teves (org.) *Imaginário Social e Educação*. Rio de Janeiro: Gryphus.
- PEIRANO, Mariza. 1995. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- VELHO, Gilberto. 1978. “Observando o familiar”. In NUNES, Edson de Oliveira (org.) *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. 1981. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- _____. 2001. “Biografia, trajetória e mediação”. In *Mediação, Cultura e Política*. Gilberto Velho e Karina Kuschnir (org). Rio de Janeiro: Aeroplano Editora.

Notas

¹ Sob a coordenação do Prof. Gilberto Velho (MN / UFRJ), participaram da reunião os professores pesquisadores: Tania Dauster (PUC-Rio), Simoni Lahud (UFF), Miriam Pillar Grossi (UFSC), Myriam Lins de Barros (UFRJ), Marisa Peirano (UNB), Parry Scott (UFPE) e Leopoldo José Bartolomé (UNM –Argentina).

² Miriam Pillar Grossi (UFSC), Simoni Lahud (UFF) e Tania Dauster (PUC-Rio).

³ Lembro a discussão de Gilberto Velho (2001) a propósito deste tema, quando supõe que nas sociedades complexas existem indivíduos que fazem o trânsito e assumem o papel de mediadores entre mundos socioculturais distintos, estabelecendo relações entre estilos de vida, ethos e experiências diversas.

⁴ Em 1987, o Departamento de Educação e seu Programa de Pós-graduação abriram na área de Fundamentos da Educação, a disciplina intitulada Antropologia e Educação. Coube-me a honra de abrir nesta universidade esta disciplina, através da mediação da Prof. Vera Candau.